

Para o Governo, orçamento não é grande problema

Carmen Kozak

O governo não está preocupado com o prazo limitado que tem — uma semana — para enviar à Comissão Mista de Orçamento o substitutivo à proposta orçamentária do ano que vem. Pelo menos nessa área, Executivo e Legislativo estão se entendendo muito bem, chegando os técnicos do Ministério do Planejamento e do Congresso a trabalhar em conjunto. Assim, mesmo que a área econômica deixe para o dia 22 — quando inicia a votação do orçamento — a entrega do substitutivo, a cúpula da Comissão já terá um parecer sobre as alterações feitas em relação à primeira proposta.

Ao contrário das expectativas, a Comissão Mista de Orçamento — uma das principais prerrogativas dadas ao Congresso pela nova Constituição — não está confrontando o governo, apesar de ter plenos poderes para isso. Sua composição é caracteristicamente governista e, em favor da área econômica do governo José Sarney, não existem grandes oposições à “operação desmonte” — exceto na área de transporte, que traduz interesses políticos regionalizados.

Rotina

As conversas entre o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, e a cúpula da Comissão também são rotineiras. Segundo o relator-geral, senador Almir Gabriel (PMDB-PA) o ministro assegura que “nada é inegociável”, nem mesmo o pagamento de 25% das dívidas dos Estados, que motivava os governadores à protestos diários. Os Estados querem pagar apenas 10% de suas dívidas e talvez esteja aí o ponto de negociação para a redução de gastos que o governo pretende fazer em algumas áreas.

O relator-geral tenta não manifestar sua opinião em relação à proposta orçamentária do Governo, mas já disse que “há excessos em algumas áreas que poderão ser



Comissão não contraria Abreu

alocados para setores com receita subestimada”. Almir Gabriel acha fundamental centralizar os recursos orçamentários em áreas básicas como: educação, saúde, previdência, habitação e transportes. Isso, sem dúvida, representa uma modificação na estrutura do orçamento do próximo ano, que na proposta do governo mantém a centralização dos recursos nos Ministérios do Planejamento e Fazenda e na Presidência da República.

Prerrogativas

Até agora, no entanto, os membros da Comissão de Orçamento não demonstraram preocupação com a estruturação do orçamento do próximo ano. Esqueceram, de alguma maneira, que as suas prerrogativas, tão defendidas durante a Constituinte, consistem em um controle criterioso dos gastos públicos. Na elaboração de seus relatórios setoriais, acabaram aumentando de maneira significativa as receitas de cada área. No Ministério dos Transportes, por exemplo, o relator, deputado José Carlos Vasconcelos (PMDB-PE), aumentou em quase Cz\$ 1 trilhão os gastos, reabastecendo os cofres do Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (DNER), afetado pela Operação Desmonte, e prevendo aumento no trecho a ser contruído, no próximo ano, da Ferrovia Norte-Sul.